

Complexo Macuricanã: territorialidades dos pescadores artesanais da comunidade do Divino Espírito Santo-Parintins-AM

CARDOSO, Maria Sandrelle Gonçalves¹

SCHERER, Elenise Faria²

VASCONCELOS, Brychtn Ribeiro de³
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O complexo fluviolacustre Macuricanã está inserido na Área de Proteção Ambiental Nhamundá- APA-NHAMUNDÁ, grande parte da APA está localizada no município de Parintins. A presente comunicação se propõe a discorrer sobre as formas de uso dos recursos naturais que os ambientes do complexo Macuricanã oferecem, identificando possíveis conflitos na utilização desses recursos naturais entre a pesca de subsistência e a pesca comercial. Observou-se que os lagos do complexo Macuricanã são os principais locais que fornecem a fundamental proteína para alimentação das famílias dos pescadores artesanais ribeirinhos da comunidade do Divino Espírito Santo e que existem conflitos entre os diversos sujeitos que se utilizam desses recursos, sendo que as principais formas de conflitos ocorrem com os agentes ambientais voluntários e o IBAMA, com os pescadores denominados de “fora” e com os pecuaristas que estão estabelecidos às margens dos ambientes do complexo Macuricanã.

Palavras chave: Complexo Macuricanã; Pescadores Artesanais; Recursos Naturais; Conflitos Socioambientais.

Abstract

The fluviolacustre complex Macuricanã is inserted in the Environmental Protection Area Nhamundá- APA-Nhamundá, much of the APA is located in the city of Parintins. This Communication aims to discuss the ways of use of natural resources that Macuricanã complex environments offer, identifying potential conflicts in the use of these natural resources between subsistence fishing and commercial fishing. It was observed that the Macuricanã complex of lakes are the main sites providing essential protein to feed the families of coastal fisherfolk of the Divino Espírito Santo community and that there are conflicts between the different subjects that use those resources, and the main forms of conflicts occur with environmental agents and volunteers IBAMA, with the so-called fishing "out" and the ranchers who are established on the banks of Macuricanã complex environments.

Keywords: Complex Macuricanã; Artisanal fishermen; Natural resources; Socio-environmental conflicts.

¹ Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Brasil(2014). Trabalha na Universidade Federal do Amazonas

² Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil(1997). Assessoria da Universidade Federal do Amazonas

³ Mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco, Brasil(2012). Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas

Introdução

O município de Parintins, conhecido também como ilha Tupinambarana, localiza-se no baixo Amazonas distante 369 km de Manaus, capital do Estado. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2010, sua população é de 102.033 (cento e dois mil e trinta e três) habitantes, sendo este o segundo município em número de habitantes no Estado, depois da capital com 1.802.014 (um milhão oitocentos e dois mil e quatorze) habitantes. Em Parintins, a maior parte da população habita na zona urbana 69.890 (sessenta e nove mil oitocentos e noventa) e 32.143 (trinta e dois mil cento e quarenta e três) na zona rural (Censo IBGE, 2010).

Atualmente a economia parintinense é formada basicamente, no setor primário, pela agricultura, pecuária, pesca, avicultura e extrativismo vegetal. Apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano- IDH de 0.696, conforme o Atlas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD (2000). Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), ou seja, aquelas regiões que possuem razoáveis níveis de desenvolvimento humano entre os demais municípios.

De acordo com as entidades da pesca de Parintins, este município desponta como um dos principais entrepostos de pesca no Amazonas, tanto para o consumo local como exportação para outros municípios. O município dispõe de uma hidrografia composta por inúmeros rios e lagos caracterizados por grande diversidade de espécies. De acordo com o mapa elaborado pelo Projeto de Manejo de recursos naturais da Várzea-ProVárzea/ IBAMA (2002) somente na área central, Parintins apresenta aproximadamente quarenta e duas comunidades que desenvolvem atividade de pesca, com quarenta e dois territórios pesqueiros (rios, lagos, paranás e igapós.).

Entre os locais de pesca mais procurados estão os complexo Macuricanã (constituído por noventa e quatro lagos, poços e igarapés, os quais estão inseridos na Área de Proteção Ambiental Nhamundá- APA-NHAMUNDÁ. A atividade de pesca é potencialmente desenvolvida pelas comunidades ribeirinhas, as quais se situam em sua maioria na zona rural do município de Parintins, nestas áreas a pesca significa importante fonte de alimentação e renda, propiciando a reprodução social dessas populações.

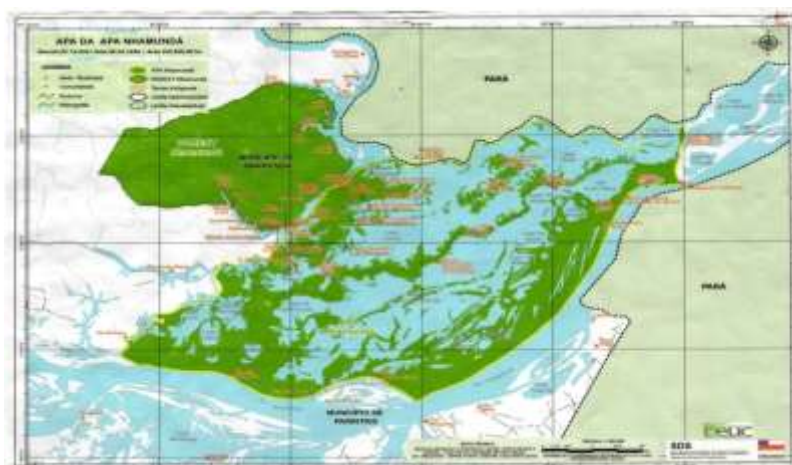
O presente trabalho se propõe a discorrer sobre as formas de uso dos recursos naturais que os ambientes do complexo Macuricanã oferecem, identificando possíveis

conflitos na utilização desses recursos naturais entre a pesca de subsistência e a pesca comercial. Como abordagem teórico-metodológica, utilizou-se a pesquisa qualitativa, juntamente com entrevistas semiestruturadas, reuniões para elaboração de mapa mental, observações sistemáticas e registros fotográficos.

Os informantes da pesquisa foram os pescadores artesanais da comunidade Divino Espírito Santo, devido esta depender social e economicamente da pesca, e registrar mais de setenta trabalhadores da pesca registrados formalmente nas entidades representativas da pesca e tantos outros que exercem a atividade sem estarem registrados.

A comunidade estudada localiza-se no Paraná do Espírito Santo, ao longo do qual existem três comunidades, a saber, São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, Divino Espírito Santo do Paraná do Espírito Santo do Meio, São Francisco do Paraná do Espírito Santo de Baixo.

A comunidade Divino Espírito Santo está situada à margem esquerda do rio Amazonas a aproximadamente 3 km do município Parintins. Suas terras estão inseridas na Área de Proteção Ambiental Nhamundá (APA-Nhamundá), a qual se localiza sobre a planície fluvial formada no encontro dos rios Nhamundá e Amazonas, abrangendo uma superfície 195.900 hectares no bioma da Amazônia, apesar de ser denominada de APA-Nhamundá 70% de sua área está localizada no município de Parintins e o restante no município de Nhamundá. O mapa 01 demonstra a Área de Proteção Ambiental Nhamundá- APA-NHAMUNDÁ.



Mapa 01: Área de Proteção Ambiental APA- Nhamundá e Paraná do Espírito Santo.
Fonte: CEUC/IBAMA (2010)

Inicialmente, tratar-se-á de como se desenvolve a gestão do uso dos recursos naturais do complexo Macuricanã. Em seguida, se discorrerá sobre a territorialidade dos pescadores artesanais da comunidade do Divino Espírito Santo e os conflitos socioambientais identificados no referido uso dos recursos naturais. Posteriormente, se apresentará considerações finais sobre os temas pesquisados e as referências bibliográficas que embasaram o estudo.

A Gestão do uso dos recursos naturais no Complexo Macuricanã

Os pescadores entrevistados da comunidade do Divino Espírito Santo afirmaram que os locais de pesca que mais procuram para o desenvolvimento da pesca artesanal são aqueles inseridos no complexo fluviolacustre Macuricanã, o qual, como já mencionado anteriormente, está inserido na Área de Proteção Ambiental Nhamundá-APA-NHAMUNDÁ.

De acordo com o art. 16 do Sistema de Unidades de Conservação- SEUC, a APA está inserida no grupo de Unidades de Uso Sustentável, sendo caracterizada por possuir área extensa, certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. O estabelecimento de uma Área de Proteção Ambiental tem como objetivo a proteção da diversidade biológica, a disciplina do processo de ocupação na direção de assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais (SEUC- AM, 2007).

O complexo Macuricanã em sua extensa área de aproximadamente 195.900 hectares de ambiente de várzea apresenta paisagem deslumbrante e enorme potencial pesqueiro, entretanto, são poucas e quase inexistentes as pesquisas que melhor detalhem o referido potencial do complexo. A vegetação predominante é a Floresta Ombrófila Densa Aluvial, fortemente influenciada pelo regime de inundação dos rios. As espécies da flora local apresentam adaptações que permitem suportar meses de alagamento e/ou submersão (SDS, 2013).

Destaca-se um conjunto de lagos de grande beleza, com cores variadas incluindo azulada, esverdeada, barrenta e negra, os quais são de extrema importância para a conservação da biota aquática da Amazônia conforme a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- SDS/2013.

Dentre os diversos ambientes de pesca procurados pelos pescadores artesanais no complexo Macuricanã destacam-se: canal do Bom Sucesso, Laguinho, entrada da

Maria Rosa, lago do Araçá, lago do Igarapé Grande, lago do Bruzinho, lago do Bruz Grande, lago do Pereira, lago do Preto, lago do Cuiabazinho, lago do Cuiabá Grande, lago da Lina, lago do Tamborão, canal do Sem Fim, Arrozal, Lago do Machado, Batelão, Garcinha, Mureru. A figura 02 refere-se ao mapa mental elaborado pelos pescadores artesanais da comunidade do Divino Espírito Santo, demonstrando alguns dos referidos locais de pesca.

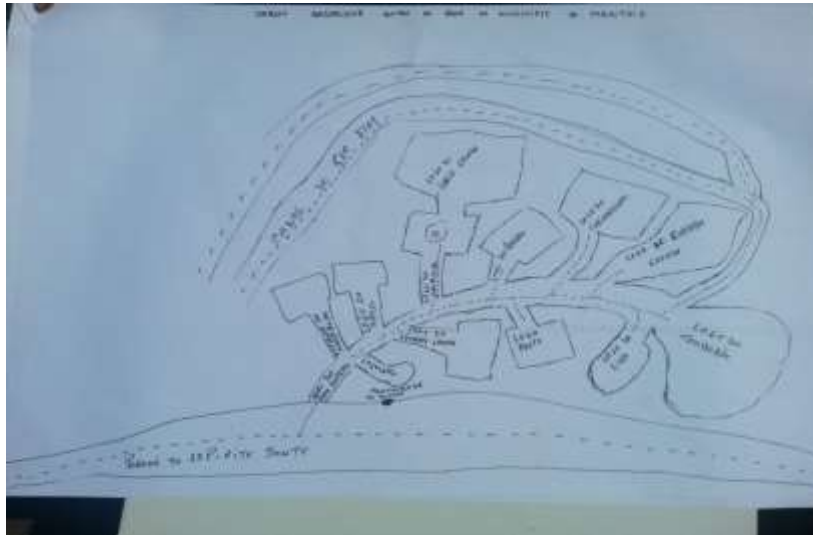


Figura 02: Complexo Macuricanã/Parintins
Fonte: Pesquisa de Campo/2013

A gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros do complexo Macuricanã é organizada pela Instrução Normativa N°113 de 23 de agosto de 2006 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

A referida normativa sustenta considerar as deliberações dos comunitários, ribeirinhos e representantes das comunidades de Santa Rita do Boto, São Sebastião do Boto, São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, Divino Espírito Santo do Paraná do Espírito Santo do Meio, São Francisco do Paraná do Espírito Santo de Baixo, Brasília e Catespera, Colônia de Pescadores Z-17, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins, Escritório Regional do IBAMA de Parintins, Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - ProVárzea/Ibama e Núcleo de Pesca da Superintendência do IBAMA no Estado do Amazonas, os quais em Encontros realizados entre o período de 2004 a 2005 estabeleceram o Acordo de Pesca para a conservação e preservação de parte da APA Nhamundá (região de Parintins).

A Instrução Normativa- **IN** nº 113 do IBAMA estabelece em seu art. 1º categorias de manejo para os aproximadamente 94 lagos, poços, igarapés e baixas inseridos no complexo lacustre Macuricanã no Município de Parintins/AM:

- **Áreas de procriação:** destinadas unicamente à reprodução das espécies, onde a pesca fica proibida por tempo indeterminado;
- **Áreas de Manutenção:** destinada à subsistência das famílias, com a venda do excedente dentro das próprias comunidades;
- **Áreas de Uso Comercial:** destinado à pesca de subsistência e à pesca comercial (IN 113/2006).

Nas áreas de procriação qualquer atividade de pesca é proibida pelo IBAMA, haja vista que é estabelecida unicamente à reprodução das espécies. Nas áreas de Manutenção a atividade de pesca deve obedecer a períodos e quantidades de pescado específicos. No período de 1º de agosto a 30 de março, é permitido pescar com 01 isopor de 70 litros/embarcação/semana; No período de 1º de abril a 30 julho é permitido pescar 02 isopores de 170 litros/embarcação/semana. Nessas áreas ficam permitidas apenas embarcações do tipo casco, canoa, rabeta e bajara. As rabetas e bajaranas só serão permitidas nos leitos dos lagos para o transporte ou se estiverem com seu motor desligado (Art. 2º, IN 113/2006).

Nas áreas de uso comercial é permitida a pesca com 03 isopores de 170 litros/embarcação/semana (equivalente a 1.200 kg/mês). As embarcações permitidas são as do tipo casco, canoas, rabetas e bajaranas com até 10 (dez) metros, com motores desligados e malhadeiras paradas, sendo que os pescadores profissionais e embarcações deverão estar registrados e identificados, conforme legislação vigente (Art. 3º, IN 113/2006). No art. 4º da IN 113, se verificam proibições quanto à utilização de apetrechos e métodos de pesca:

- I - de 1º de agosto a 31 de março (verão), malhadeira de mica de qualquer tamanho;
- II - de 1º de abril a 31 de julho, malhadeira de mica acima de 100 metros de comprimento;
- III - arrastadeira, rede de lance, malhadeira de linha (nylon) acima do nº 18, Cacuri; e
- IV - arrastão, timbó, tirada de capim, batção, cerco, lanterna de carbureto e bomba (IN 113/2006).

Assim, se estabelece que é proibido pescar nas áreas de manutenção e de uso comercial do complexo Macuricanã com apetrechos e métodos de pesca considerados predatórios, isto é, aqueles que não respeitam os limites dos ambientes.

A fiscalização da observância ou não das normas estabelecidas no Acordo de pesca é realizada com objetivo de prevenir, coibir ou impedir quaisquer atos ou ações de degradação da biodiversidade no Complexo Macuricanã/Parintins. Nas áreas do acordo de pesca do complexo Macuricanã a fiscalização é de responsabilidade do IBAMA. Atualmente, esta vem sendo realizada por Agentes Ambientais Voluntários em conjunto com o IBAMA. De acordo com os relatos dos pescadores entrevistados este acompanhamento é realizado somente na época do defeso, no período de novembro a março.

Os agentes voluntários se situam nesse período na entrada do canal do Bom Sucesso (Mapa 05) em um posto flutuante identificado de Posto de Monitoramento, controle e fiscalização, o qual foi construído pelos moradores das sete comunidades, mencionadas anteriormente, envolvidas no acordo de pesca do complexo Macuricanã. Para permitirem o acesso ao complexo, os agentes ambientais solicitam identificação dos profissionais da pesca por meio do RGP ou outro documento de identidade para os que não possuem o RGP. Verificam ainda, os tipos de embarcação considerados adequados, instrumentos de pesca e isopores.

O IBAMA realiza rondas nos locais de pesca para garantir o adequado uso dos recursos pesqueiros. Entretanto, como esses acompanhamentos ocorrem somente no defeso, de novembro a março, em outros períodos do ano o flutuante fica localizado às margens do Paraná do Espírito Santo sem nenhum agente ou forma de controle e fiscalização. Assim, em períodos fora do defeso é possível identificar práticas de pesca inadequadas dentro do complexo.

Ao adentrar no complexo é possível verificar o uso de malhadeira de linha (nylon) acima do nº 18, armação de malhadeira fechando a entrada dos lagos podendo causar acidentes, motores rabetas ligados dentro dos lagos assustando os peixes em direção à malhadeira. Práticas essas proibidas pela IN 113/2006.

Em uma concepção ampla, o território pode ser considerado como uma porção do Espaço Geográfico da qual algum agente se apropria e exerce o domínio, através de acordos ou de coerções. São espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua fauna pesqueira (CARDOSO, 2010).

Begossi (2004) afirma que o território é um espaço que foi, ou está sendo apropriado por algum indivíduo, grupo ou comunidade sob formas de defesa ou regras de uso, ou sob os conflitos de uso. A territorialidade é uma forma de controlar espaços e recursos através de formas de defesa ou regras de uso. De acordo com Begon *et al.*

(1996), citado por Begossi (2004), a territorialidade ocorre quando há interferência ativa entre indivíduos, quando uma área exclusiva, o território, é defendida contra intrusos por um padrão de comportamento reconhecido pelos outros indivíduos. Nesse sentido, a territorialidade tem mais conotação política porque estabelece condutas de comportamento, ou seja, mobilização política com relação à defesa do território.

Os territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático. Sobre eles os pescadores exercem algum tipo de domínio e são objetos de disputas e conflitos à medida que estruturas de produção na pesca de escalas diferenciadas se sobrepõem.

Tais disputas e conflitos se identificam no uso dos recursos naturais do complexo Macuricanã, haja vista que este é destacado como o principal fornecedor dos recursos pesqueiros necessários à reprodução social das famílias pesqueiras da comunidade do Divino Espírito Santo.

O termo conflito na maioria das vezes é entendido como algo negativo, marcado por oposição de interesses, sentimentos e ideias. Entretanto, para Georg Simmel (1983) este se constitui uma forma de socialização entre os homens. Dessa forma a sociedade seria o resultado de categorias de ação recíprocas, como harmonia e desarmonia, associação e competição, favor e desfavor, sendo, portanto, ambas dotadas de um valor positivo. O conflito, deste modo, apresenta um significado unificador, não havendo nenhuma unidade social em que as direções convergentes de seus elementos não estejam inseparavelmente mescladas com outras divergentes, sendo ilusório um grupo absolutamente harmônico, onde nenhum processo vital propriamente dito poderia ocorrer (*idem*).

Compreende-se então que o conflito é um componente próprio da vida em sociedade, isto é, se constrói a partir das interações sociais. Nesse sentido, os conflitos que se originam das interações sociais envolvendo, ao mesmo tempo, questões ambientais, podem ser chamados de conflitos socioambientais, os quais são entendidos como os conflitos entre grupos sociais derivados das distintas formas de relação que mantêm com o seu meio natural, englobando o mundo biofísico, o humano, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre eles (MACIEL, 2011).

Segundo Maciel (*idem*) esse tipo de conflito se desenvolve em torno de três componentes principais: a) o controle sobre os recursos naturais; b) os impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e c) o uso dos conhecimentos

ambientais. Os conflitos socioambientais ocorrem quando as relações de cooperação entre os atores sociais são subjugadas por relações de competição, direta ou indireta, pelo acesso e apropriação de recursos naturais (FARO; PEREIRA 2012).

A escassez dos recursos pesqueiros tem tornado conflituoso o acesso a esse recurso natural. Leme e Begossi (2004) ao estudarem a pesca no rio Negro elencam conflitos originados por três principais fatores: 1) uso diferencial do mesmo recurso (pesca comercial e esportiva); 2) competição ou territorialidade pelos usuários do mesmo recurso (pesca artesanal e comercial ou pescadores urbanos e rurais) e 3) Monitoramento (extratores e agências ambientais).

Os conflitos de pesca envolvem confrontações verbais, queima de equipamentos, apreensão de embarcações, violência pessoal e até uso de armas. Na Amazônia, a maioria dos conflitos ocorrem nos lagos de várzea, também conhecidos como lagos da “confusão” (FURTADO, 1993). Os principais atores são, de um lado, os ribeirinhos pescadores das comunidades de várzea, e de outro pescadores itinerantes, denominados pescadores de “fora” ou “invasores”, provenientes de outros locais e que desejam pescar em águas consideradas comunitárias (RUFFINO, 2005).

No complexo Macuricanã os conflitos se iniciam a partir da identificação de que os recursos naturais, essenciais para a vida da comunidade estão sendo reduzidos:

O nosso peixe está se esvaindo, é muita gente pescando e tirando só dum local, não é de um dia pro outro que cresce né, antigamente contam aí que tinha muito peixe mesmo no Macuricanã, se pegava peixe até com linha grossa. Hoje em dia pra você conseguir você rala muito pra encher seu isopor. Às vezes você não pega nem do almoço. Já chegou vez que não consegui trazer nem o do almoço (Pescador 07/ Pesquisa de campo 2013).

A abundância de peixes que outrora havia no complexo Macuricanã tem sido transformada em escassez pela ação antrópica. Segundo os relatos existe grande quantidade de pescadores, barco de pesca de pequeno, médio e até grande porte que procuram o referido complexo para captura de pescado, o que tem reduzido seus estoques e dificultado a vida na comunidade do Divino Espírito Santo que depende diretamente da fauna aquática para subsistência. O relato a seguir expressa este fato.

Com certeza o peixe está diminuindo... a gente tá percebendo isso. No meu ponto de vista, eu como um pescador antigo me admiro que o número das espécies esteja diminuindo a cada dia. Está diminuindo, pois não é somente o pessoal aqui das comunidades que estão pescando no Macuricanã. Tem gente que vem de outros lugares, é muito consumo. E não é só o peixe não, antes agente caçava pato, capivara, tracajá, marreco. Agora tá difícil de

encontrar, são animais mais consumidos pelo homem. Nem todos pescadores daqui consomem esses animais, mas a maioria consome (Pescador 09/ Pesquisa de campo 2013).

Os conflitos vivenciados pelos pescadores da comunidade do Divino Espírito Santo no uso dos recursos naturais do Macuricanã estão ocorrendo principalmente com os agentes ambientais voluntários e IBAMA, com os pescadores de “fora” e com os pecuaristas que estão estabelecidos dentro do complexo Macuricanã. Desses últimos alguns são empresários que residem em Parintins, outros são ex-vereadores e existem também pequenos fazendeiros que residem dentro do complexo. Em relação a conflitos com os agentes ambientais voluntários registra-se:

Olha aqui na área do São José tem muito conflito por causa do Macuricanã, já teve uns 3 ou 4 conflitos, até que em um o pescador cassetou um policial ano passado. Eles foram pra tomar o peixe do rapaz aí ele se aborreceu e cassetou o policial com o remo. O policial estava lá pra manter segurança, só que tem muitos que querem ser autoritários. Eles estavam lá no Bom sucesso, tinha um agente ambiental no posto. Aí os policiais souberam que o rapaz estava com peixe proibido aí eles foram pra tomar o peixe por volta das uma ou duas hora da manhã. Aí o rapaz se viu agredido, reagiu e o policial ficou desacordado (Pescador 01/ Pesquisa de campo, 2013).

De acordo com os entrevistados, o monitoramento na Boca do Bom Sucesso frequentemente causa inúmeros conflitos entre os agentes ambientais voluntários, representantes do IBAMA e até mesmo policiais com os pescadores profissionais como visto no caso de violência registrada anteriormente. Dessa forma acredita-se que esse mecanismo não tem funcionado para reduzir os conflitos no uso dos recursos. Nesse sentido Leme e Begossi (2004) afirmam que o sistema de manejo baseado no controle estatal precisa de mudanças em sua estrutura permitindo maior autonomia e envolvimento das populações locais com o manejo e a conservação dos recursos naturais, haja vista que o referido modelo tem aumentado os conflitos no acesso aos recursos pesqueiros.

No que tange aos conflitos com os pescadores de fora, os entrevistados ressaltam que esses se aproveitam da conservação que os pescadores ribeirinhos realizam, por meio de sua pequena produção, utilização de instrumentos de baixo impacto ambiental, para usufruírem o máximo possível dos recursos, o que não é aceitável pelos pescadores locais.

Eles [pescadores de comunidades não incluídas no acordo de pesca do Macuricanã, da área de Nhamundá e do estado do Pará] querem que a gente

preserve, mas eles só querem usufruí... Aí tem conflito. É... aí tem briga, porque eles solicitam ao pessoal competente de Parintins pra vim, aí eles vão pra lá e tomam os arreios de pessoas que estão dentro do Macuricanã, vêm pra cá e fazem algo que é pior do que o que tão fazendo lá dentro, aí depois eles voltam pra ir pescar. Eu não acho isso de acordo. (Pescador 10, Pesquisa de campo/2013)

Os conflitos com os pecuaristas existem devido os pescadores considerarem que a criação de gado às margens dos ambientes lacustres do Macuricanã provoca desmatamento, destruição dos habitats, dos refúgios e dos alimentos dos peixes. De acordo com relato de um dos pescadores entrevistados, em 2005 em uma das reuniões sobre a elaboração do acordo de pesca do Macuricanã um pecuarista ex-vereador em Parintins afirmou: “São os pescadores que estão acabando com o Macuricanã, e não adianta nem quererem reivindicar com os pecuaristas” (Pescador 01, Pesquisa de campo/2013). Na ocasião alguns pescadores se posicionaram em contrário aos argumentos do referido pecuarista. A seguir um pescador relata sobre os prejuízos da pecuária no Macuricanã.

Os próprios fazendeiros que colocaram gado dentro do Macuricanã fazem depredação. Às vezes o fazendeiro coloca o vaqueiro pra vigiar o gado enquanto em vez de ele vigiar gado ele tá pegando pato, marreco. Aí o gado acaba com os barrancos, aí já viu porque o barranco é o telhado da casa dos peixes, aí não tem onde esses peixes fiquem abrigados. Aí eles vão embora, vão se retirando e não voltam. E também não é só o gado, tem outros animais, tem os búfalos, que vão destruindo os barrancos e os peixes vão fugindo (Pescador 09, Pesquisa de campo, 2013).

Pode-se dizer que os conflitos existentes se devem à luta pela perenidade dos recursos naturais essenciais para a manutenção da vida, principalmente nas comunidades ribeirinhas. Os recursos aquáticos têm se tornado alvo de diversos conflitos em toda a Amazônia. Nesse sentido pesquisadores da área sinalizam a urgência de integração local em programas de co-manejo em diversas áreas da Amazônia (LEME E BEGOSSI, 2004). O co-manejo dos recursos naturais tem se mostrado mais justo socialmente em relação aos modelos impostos pelo governo. Assim, o manejo coletivo pode indicar caminhos na solução desses conflitos e do uso sustentável dos recursos (RUFFINO, 2005).

Considerações Finais

O complexo fluviolacustre Macuricanã apresenta rica biodiversidade, certamente de grande importância para conservação da biota amazônica. Este oferece

aos pescadores da comunidade do Divino Espírito Santo, os principais locais de desenvolvimento de sua atividade pesqueira. Verificou-se que a fiscalização da observância das normas estabelecidas só ocorre nos períodos de defeso. Em outros períodos do ano é possível identificar práticas de pesca consideradas inadequadas dentro do complexo, principalmente por parte de pescadores de outras comunidades da região de Parintins e também de pescadores advindos do Estado do Pará.

Identificou-se a existência de conflitos socioambientais, devido à percepção quanto à escassez dos recursos pesqueiros, os quais são essenciais para a reprodução da vida na comunidade do Divino Espírito Santo. Os conflitos ocorrem principalmente com os agentes ambientais voluntários e IBAMA, com os pescadores de “fora” e com os pecuaristas que estão estabelecidos dentro do complexo. A forma de gestão do uso dos recursos do Macuricanã evidencia a necessidade de mudanças em sua estrutura permitindo maior autonomia e envolvimento das populações locais com o manejo e a conservação dos recursos naturais. Exige ainda, recursos materiais e humanos suficientes para que as instituições competentes executem as políticas de forma adequada, haja vista que o referido modelo não tem sido eficiente na proteção dos recursos naturais existentes no complexo Macuricanã em Parintins.

Referências

BEGOSSI, Alpina. Ecologia de pescadores da mata atlântica. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/Usp: Fapesp, 2004.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Territórios Pesqueiros: Conflitos e Possibilidades para a Gestão da Pesca. São Paulo: Observatório Geográfico, 2010.

DIEGUES, A.C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

FARO, Amanda Regis; PEREIRA, Henrique dos Santos. Orientações para o desenvolvimento de Acordos de Manejo de Recursos Naturais em Áreas Protegidas: ferramentas e práticas. Manaus, [s.n], 2012.

FURTADO, Lourdes. Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

IBAMA. Instrução Normativa nº 113 de 23 de agosto de 2006. Dispõe sobre o Acordo de Pesca do Complexo Macuricanã. Parintins, setembro de 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130340>> Acesso em: 13/01/2014.

LEME, Andréa; BEGOSSI, Alpina. Pescadores do Rio Negro. In: BEGOSSI, Alpina (Org.). Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec, 2004.

MACIEL, Marcela Albuquerque. Conflitos socioambientais: Reflexões à luz de Georg Simmel. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 89, jun. 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9599&revista_caderno=5> acesso em janeiro de 2014.

RUFFINO, Mauro Luis. Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus: IBAMA, 2005.

SDS, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Manaus: SDS, 2006.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. São Paulo, Ática, 1983.